

Legenda:

DIDES	DIOPE	DIPRO	DIFIS	DIGES
Lei 9961	Decreto 3327	Resolução 197	Diretoria	Macroatividades relacionadas
Artigo, parágrafo e inciso da Lei	Item correspondente no Decreto	Descrição do item no Reguimento atual	Diretoria responsável pelo item	
Artigo, parágrafo e inciso da Lei	Item correspondente no Decreto	Descrição do item no Reguimento atual	Diretoria responsável pelo item	I - exercer as atribuições referentes a integração e disseminação de informações setoriais, relacionamento entre prestadores de serviços de saúde e operadoras, ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como a melhoria do desempenho das operadoras e incentivo à qualidade na Saúde Suplementar;
Art. 2º A ANS terá por finalidade institucional promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, inclusive quanto à suas relações com prestadores e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no País.	Art. 3º A ANS terá por finalidade institucional promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, <b>inclusive quanto às suas relações com prestadores</b> e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no País.		TODAS	relativas ao relacionamento entre Operadoras e Prestadores de serviço, incluindo a contratualização, critérios para credenciamento e descredenciamento e mensuração de qualidade pelo estabelecimento de indicadores;
I - propor políticas e diretrizes gerais ao Conselho Nacional de Saúde Suplementar - Consu para a regulação do setor de saúde suplementar;	<u>I - propor normas relativas às matérias tratadas no inciso IV do art. 35-A da Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998, bem como, políticas e diretrizes gerais ao Conselho Nacional de Saúde Suplementar - CONSU para a regulação do setor de saúde suplementar;</u>		DICOL	III - organizar e analisar as medidas de vigilância epidemiológica de saúde no âmbito da Saúde Suplementar; ?????
II - estabelecer as características gerais dos instrumentos contratuais utilizados na atividade das operadoras;	II - estabelecer as características gerais dos instrumentos contratuais utilizados na atividade das operadoras;		DIPRO	IV - estudar e propor modelos assistenciais na prestação dos serviços de saúde com vistas ao desenvolvimento do setor de Saúde Suplementar, sem prejuízo das atribuições da DIPRO;
<u>III - elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, que constituirão referência básica para os fins do disposto na Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998, e suas excepcionalidades;</u>	<u>III - elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, que constituirão referência básica para os fins do disposto na Lei no 9.656, de 1998, e suas excepcionalidades;</u>		DIPRO	V - fomentar a estruturação de Redes de Atenção à saúde na Saúde Suplementar, sem prejuízo das atribuições da DIPRO;

IV - fixar critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço às operadoras;	IV - fixar critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço às operadoras;	Art 23, VI - fixar critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço às operadoras, sem prejuízo das atribuições da DIPRO;	DIDES	relativas ao relacionamento entre Operadoras e Prestadores de serviço, incluindo a contratualização, critérios para credenciamento e descredenciamento e mensuração de qualidade pelo estabelecimento de indicadores;	<del>VI - fixar critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço às operadoras, sem prejuízo das atribuições da DIPRO</del>
V - estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras;	V - estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras;	Art 23, VII - incentivar a melhoria da qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;	DIDES	Atribuições relativas ao relacionamento entre Operadoras e Prestadores de serviço, incluindo a contratualização, critérios para credenciamento e descredenciamento e mensuração de qualidade pelo estabelecimento de indicadores;	<del>VII - incentivar a melhoria da qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;</del>
VI - estabelecer normas para ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS;	VI - estabelecer normas para ressarcimento ao Sistema Único de Saúde;	Art 23, I - exercer as <b>atribuições referentes a</b> integração e disseminação de informações setoriais, relacionamento entre prestadores de serviços de saúde e operadoras, <b>ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS</b> , bem como a melhoria do desempenho das operadoras e incentivo à qualidade na Saúde Suplementar; II - identificar interfaces e fomentar a integração <b>entre o sistema de Saúde Suplementar e o</b>	DIDES	Atribuições relacionadas ao Ressarcimento ao SUS, incluindo o processo administrativo e análise regulatória de seus dados;	<del>VIII - disseminar boas práticas de gestão setorial;</del>
VII - estabelecer normas relativas à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde;	VII - estabelecer normas relativas à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde;		DIPRO		<del>IX - buscar o desenvolvimento sustentável e a garantia de competição no setor de planos privados de assistência à saúde;</del>
VIII - deliberar sobre a criação de câmaras técnicas, de caráter consultivo, de forma a subsidiar suas decisões;	VIII - deliberar sobre a criação de câmaras técnicas, de caráter consultivo, de forma a subsidiar suas decisões;		TODAS		X - articular-se com as demais Diretorias para a definição dos sistemas de informações da ANS; <b>(ATRIBUIÇÃO INTERNA)</b>
IX - normatizar os conceitos de doença e lesão preexistentes;	IX - normatizar os conceitos de doença e lesão preexistentes;		DIPRO		<del>XII - exercer as atribuições relacionadas à padronização e implementação de trocas de informações, referentes aos eventos de atenção à saúde, e ao Registro Eletrônico em Saúde, no âmbito da Saúde Suplementar;</del>

<a href="#">X - definir, para fins de aplicação da Lei nº 9.656, de 1998, a segmentação das operadoras e administradoras de planos privados de assistência à saúde, observando as suas peculiaridades;</a>	X - definir, para fins de aplicação da Lei nº 9.656, de 1998, a segmentação das operadoras e administradoras de planos privados de assistência à saúde, observando as suas peculiaridades;		DIPRO		XIII - pesquisar, estudar e avaliar os mecanismos de desenvolvimento institucional e de desenvolvimento e gestão de sistemas de informação no mercado nacional e internacional, aplicados para uso na ANS; <b>(ATRIBUIÇÃO INTERNA)</b>
XI - estabelecer critérios, responsabilidades, obrigações e normas de procedimento para garantia dos direitos assegurados nos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 1998;	<a href="#">XI - estabelecer critérios, responsabilidades, obrigações e normas de procedimento para garantia dos direitos assegurados nos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 1998;</a>		DIPRO		<del>XIV - articular com os órgãos centrais e setoriais de administração de recursos de informação do Governo Federal, com vistas à implantação de Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico e a integração e intercâmbio de dados e sistemas;</del>
<a href="#">XII - estabelecer normas para registro dos produtos definidos no inciso I e no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998;</a>	XII - estabelecer normas para registro dos produtos definidos no inciso I e § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998;		DIPRO		<del>XV - promover a articulação com organismos nacionais, internacionais ou multilaterais para cooperação técnica e financeira tendo em vista o aprimoramento do setor;</del>
<a href="#">XIII - decidir sobre o estabelecimento de sub-segmentações aos tipos de planos definidos nos incisos I a IV do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998;</a>	<a href="#">XIII - decidir sobre o estabelecimento de sub-segmentações aos tipos de planos definidos nos incisos I a IV do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998;</a>		DIPRO		XVI - promover a articulação com as demais Diretorias e supervisionar a execução do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar no que compete ao componente da Qualificação Operadoras, sem prejuízo das atribuições da DIGES; <b>(ATRIBUIÇÃO INTERNA)</b>
XIV - estabelecer critérios gerais para o exercício de cargos diretivos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XIV - estabelecer critérios gerais para o exercício de cargos diretivos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;		DIOPE		XVII - participar da elaboração da proposta de Política de Segurança da Informação da ANS, sem prejuízo das atribuições da DIGES; <b>(ATRIBUIÇÃO INTERNA)</b>
XV - estabelecer critérios de aferição e controle da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, sejam eles próprios, referenciados, contratados ou conveniados;	XV - estabelecer critérios de aferição e controle da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, sejam eles próprios, referenciados, contratados ou conveniados;	Art 23, I - exercer as atribuições referentes a integração e disseminação de informações setoriais, relacionamento entre prestadores de serviços de saúde e operadoras, ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS, bem como a <b>melhoria do desempenho das operadoras e incentivo à qualidade na Saúde Suplementar;</b> VIII - disseminar boas práticas de gestão setorial;	DIDES	Atribuições relativas ao relacionamento entre Operadoras e Prestadores de serviço, incluindo a contratualização, critérios para credenciamento e descredenciamento e mensuração de qualidade pelo estabelecimento de indicadores;	XVIII - promover e coordenar a gestão estratégica da Política de Informação na ANS, visando o desenvolvimento setorial; <b>(ATRIBUIÇÃO INTERNA)</b>

XVI - estabelecer normas, rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento de registro dos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XVI - estabelecer normas, rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento de registro dos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;		DIPRO		XIX - criar e gerir a Sala de Situação da ANS, com o objetivo de formular diretrizes para tomada de decisões no setor de saúde suplementar; <b>(ATRIBUIÇÃO INTERNA)</b>
XVII - autorizar reajustes e revisões das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, ouvido o Ministério da Fazenda;	XVII - autorizar reajustes e revisões das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, de acordo com parâmetros e diretrizes gerais fixados conjuntamente pelos Ministérios da Fazenda e da Saúde;		DIPRO		XX - encaminhar à DIFIS, através da DIRAD e/ou seus órgãos regimentados, comunicação acerca de indícios de infração por descumprimento da legislação de saúde suplementar, para apuração e aplicação das penalidades cabíveis, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso XX deste artigo; <b>(ATRIBUIÇÃO INTERNA)</b>
XVIII - expedir normas e padrões para o envio de informações de natureza econômico-financeira pelas operadoras, com vistas à homologação de reajustes e revisões;	XVIII - expedir normas e padrões para o envio de informações de natureza econômico-financeira pelas operadoras, com vistas à homologação de reajustes e revisões;		DIPRO		XXI - instaurar e instruir os processos administrativos para apuração de indícios de infrações às disposições legais ou infra legais disciplinadoras do mercado de saúde suplementar cujo monitoramento, análise ou solicitação sejam relacionados às suas competências; <b>(ATRIBUIÇÃO INTERNA)</b>
XIX - proceder à integração de informações com os bancos de dados do Sistema Único de Saúde;	XX - proceder à integração de informações com os bancos de dados do Sistema Único de Saúde;	Art 23, I - exercer as atribuições referentes a <b>integração e disseminação de informações setoriais, relacionamento entre prestadores de serviços de saúde e operadoras, ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS</b> , bem como a melhoria do desempenho das operadoras e incentivo à qualidade na Saúde Suplementar; XIV - articular com os órgãos centrais e setoriais de administração de recursos de informação do	DIDES	Informações	XXII - promover a Política Nacional de Segurança do Paciente no âmbito da saúde suplementar.
XX - autorizar o registro dos planos privados de assistência à saúde;	XXI - autorizar o registro dos planos privados de assistência à saúde;		DIPRO		
XXI - monitorar a evolução dos preços de planos de assistência à saúde, seus prestadores de serviços, e respectivos componentes e insumos;	XXII - monitorar a evolução dos preços de planos de assistência à saúde, seus prestadores de serviços, e respectivos componentes e insumos;	Art 23, I - exercer as atribuições referentes a <b>integração e disseminação de informações setoriais, relacionamento entre prestadores de serviços de saúde e operadoras, ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS</b> , bem como a melhoria do desempenho das operadoras e incentivo à qualidade na Saúde Suplementar;	DIDES	Informações	

XXII - autorizar o registro e o funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem assim sua cisão, fusão, incorporação, alteração ou transferência do controle societário, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)	XXIII - autorizar o registro e o funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem assim, ouvidos previamente os órgãos do sistema de defesa da concorrência, sua cisão, fusão, incorporação, alteração ou transferência do controle societário;		DIOPE	
XXIII - fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde e zelar pelo cumprimento das normas atinentes ao seu funcionamento;	XXIV - fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde e zelar pelo cumprimento das normas atinentes ao seu funcionamento;		DIFIS	
XXIV - exercer o controle e a avaliação dos aspectos concernentes à garantia de acesso, manutenção e qualidade dos serviços prestados, direta ou indiretamente, pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XXV - exercer o controle e a avaliação dos <b>aspectos concernentes à garantia de acesso, manutenção e qualidade dos serviços prestados</b> , direta ou indiretamente, pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XII - exercer as atribuições relacionadas à padronização e implementação de trocas de informações, referentes aos eventos de atenção à saúde, e ao Registro Eletrônico em Saúde, no âmbito da Saúde Suplementar;	DIPRO/DIDES	Atribuições relacionadas a padronização de informações e tecnologias de comunicação de dados Interoperabilidade de sistemas de informação em saúde;
XXV - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área geográfica de abrangência;	XXVI - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área geográfica de abrangência;		DIPRO	
XXVI - fiscalizar a atuação das operadoras e prestadores de serviços de saúde com relação à abrangência das coberturas de patologias e procedimentos;	XXVII - fiscalizar a atuação das operadoras e prestadores de serviços de saúde com relação à abrangência das coberturas de patologias e procedimentos;		DIFIS	
XXVII - fiscalizar aspectos concernentes às coberturas e o cumprimento da legislação referente aos aspectos sanitários e epidemiológicos, relativos à prestação de serviços médicos e hospitalares no âmbito da saúde suplementar;	XXVIII - fiscalizar aspectos concernentes às coberturas e aos aspectos sanitários e epidemiológicos, relativos à prestação de serviços médicos e hospitalares no âmbito da saúde suplementar;	Art 23, I - exercer as atribuições referentes a integração e disseminação de informações setoriais, relacionamento entre prestadores de serviços de saúde e operadoras, ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS, bem como a <b>melhoria do desempenho das operadoras e incentivo à qualidade na Saúde Suplementar;</b>	DIPRO/DIDES	Atribuições relativas ao relacionamento entre Operadoras e Prestadores de serviço, incluindo a contratualização, critérios para credenciamento e descredenciamento e mensuração de qualidade pelo estabelecimento de indicadores;

XXVIII - avaliar os mecanismos de regulação utilizados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XXIX - avaliar os mecanismos de regulação utilizados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;		DIPRO	
<a href="#">XXIX - fiscalizar o cumprimento das disposições da Lei no 9.656, de 1998, e de sua regulamentação;</a>	<a href="#">XXX - fiscalizar o cumprimento das disposições da Lei no 9.656, de 1998, e de sua regulamentação;</a>	XXI - instaurar e instruir os processos administrativos para apuração de indícios de infrações às disposições legais ou infra legais disciplinadoras do mercado de saúde suplementar cujo monitoramento, análise ou solicitação sejam relacionados às suas competências;	DIFIS/TODAS	
<a href="#">XXX - aplicar as penalidades pelo descumprimento da Lei no 9.656, de 1998, e de sua regulamentação;</a>	<a href="#">XXXI - aplicar as penalidades pelo descumprimento da Lei no 9.656, de 1998, e de sua regulamentação;</a>		DIFIS	
XXXI - requisitar o fornecimento de informações às operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como da rede prestadora de serviços a elas credenciadas;	XXXII - requisitar o fornecimento de quaisquer informações das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como da rede prestadora de serviços a elas credenciadas, conforme dispuser resolução da Diretoria Colegiada;	XXI - instaurar e <b>instruir</b> os processos administrativos para apuração de indícios de infrações às disposições legais ou infra legais disciplinadoras do mercado de saúde suplementar cujo monitoramento, análise ou solicitação sejam relacionados às suas competências;	TODAS	
XXXIII - adotar as medidas necessárias para estimular a competição no setor de planos privados de assistência à saúde;	XXXIII - adotar as medidas necessárias para estimular a competição no setor de planos privados de assistência à saúde;	Art. 23, IX - buscar o desenvolvimento sustentável e a garantia de competição no setor de planos privados de assistência à saúde; <b>XV</b> - promover a articulação com organismos nacionais, internacionais ou multilaterais para cooperação técnica e financeira tendo em vista o aprimoramento do setor;	DIDES/DIOPE	Atribuições relacionadas a inovação e desenvolvimento setorial, programas e/ou projetos com soluções novas para questões da saúde suplementarDesenvolvimento Setorial
XXXIII - instituir o regime de direção fiscal ou técnica nas operadoras;	XXXIV - instituir o regime de direção fiscal ou técnica nas operadoras;		DIOPE/DIPRO	

XXXIV - proceder à liquidação extrajudicial e autorizar o liquidante a requerer a falência ou insolvência civil das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XXXV - proceder à liquidação das operadoras que tiverem cassada a autorização de funcionamento;		DIOPE	
XXXV - determinar ou promover a alienação da carteira de planos privados de assistência à saúde das operadoras;	XXXVI - promover a alienação da carteira de planos privados de assistência à saúde das operadoras;		DIPRO	
<a href="#">XXXVI - articular-se com os órgãos de defesa do consumidor visando a eficácia da proteção e defesa do consumidor de serviços privados de assistência à saúde, observado o disposto na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990;</a>	XXXVII - articular-se com os órgãos de defesa do consumidor visando a eficácia da proteção e defesa do consumidor de serviços privados de assistência à saúde, observado o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;		DIFIS	
XXXVII - zelar pela qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;	XXXVIII - zelar pela qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;		DIDES	Atribuições relativas ao relacionamento entre Operadoras e Prestadores de serviço, incluindo a contratualização, critérios para credenciamento e descredenciamento e mensuração de qualidade pelo estabelecimento de indicadores;
XXXVIII - administrar e arrecadar as taxas instituídas por esta Lei.	<a href="#">XXXIX - administrar e arrecadar as taxas instituídas pela Medida Provisória no 2.012-2, de 1999.</a>		DIPRO/DIGES	
XXXIX - celebrar, nas condições que estabelecer, termo de compromisso de ajuste de conduta e termo de compromisso e fiscalizar os seus cumprimentos;				

XL - definir as atribuições e competências do diretor técnico, diretor fiscal, do liquidante e do responsável pela alienação de carteira.			DIPRO/DIOPE	
XLI - fixar as normas para constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, incluindo:			TODAS	
a) conteúdos e modelos assistenciais;		VII - incentivar a melhoria da qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar; IV - estudar e propor modelos assistenciais na prestação dos serviços de saúde com vistas ao desenvolvimento do setor de Saúde Suplementar, sem prejuízo das atribuições da DIPRO; V - fomentar a estruturação de Redes de Atenção à saúde na Saúde Suplementar, sem prejuízo das	DIDES/DIPRO	Atribuições relacionadas a inovação e desenvolvimento setorial, programas e/ou projetos com soluções novas para questões da saúde suplementarDesenvolvimento Setorial
b) adequação e utilização de tecnologias em saúde;				
			DIPRO	



c) direção fiscal ou técnica;			DIOPE/DIPRO	
d) liquidação extrajudicial;			DIOPE	
e) procedimentos de recuperação financeira das operadoras;			DIOPE	
f) normas de aplicação de penalidades;			DIOPE	
g) garantias assistenciais, para cobertura dos planos ou produtos comercializados ou disponibilizados;			DIFIS	
XIX - regulamentar outras questões relativas à saúde suplementar;			TODAS	

XLII - estipular índices e demais condições técnicas sobre investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas operadoras de planos de assistência à saúde.			DIOPE	
X – definir, para fins de aplicação da Lei nº 9.656, de 1998, a segmentação das operadoras e administradoras de planos privados de assistência à saúde, observando as suas peculiaridades;	X – definir, para fins de aplicação da Lei nº 9.656, de 1998, a segmentação das operadoras e administradoras de planos privados de assistência à saúde, observando suas peculiaridades;	I - planejar as atividades exercidas por suas Gerências- Gerais, bem como propor diretrizes para a saúde suplementar sobre: a) constituição, organização e funcionamento das operadoras;	DIOPE	Autorização de Funcionamento, Alteração de de Controle Societário e demais Alterações Societárias (Cisão, Fusão e Incorporação). Monitoramento Econômico-Financeiro.
XIV – estabelecer critérios gerais para o exercício de cargos diretivos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XIV – estabelecer critérios gerais para o exercício de cargos diretivos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	V - inabilitar o exercício de cargos diretivos nas operadoras;	DIOPE	Autorização de Funcionamento, Alteração de de Controle Societário e demais Alterações Societárias (Cisão, Fusão e Incorporação).
XVIII - expedir normas e padrões para o envio de informações de natureza econômico-financeira pelas operadoras, com vistas à homologação de reajustes e revisões;	XVIII - expedir normas e padrões para o envio de informações de natureza econômico-financeira pelas operadoras, com vistas à homologação de reajustes e revisões;	X - desenvolver e manter, em conjunto com as demais áreas competentes, sistemas de informações compreendendo os dados cadastrais e econômico-financeiros das operadoras;	DIOPE (despesas assistenciais no DIOPS) e DIPRO	Autorização de Funcionamento, Alteração de de Controle Societário e demais Alterações Societárias (Cisão, Fusão e Incorporação). Monitoramento Econômico-Financeiro.
XXII - autorizar o registro e o funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem assim sua cisão, fusão, incorporação, alteração ou transferência do controle societário, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994;	XXIII – autorizar o registro e o funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem assim, ouvidos previamente os órgãos do sistema de defesa da concorrência, sua cisão, fusão, incorporação, alteração ou transferência do controle societário;	II - outorgar e cancelar o registro e a autorização de funcionamento das operadoras; III - autorizar a cisão, fusão, incorporação, alteração ou transferência do controle societário das operadoras, sem prejuízo do disposto em legislação específica;	DIOPE	Autorização de Funcionamento, Alteração de de Controle Societário e demais Alterações Societárias (Cisão, Fusão e Incorporação).

XXIII – fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde e zelar pelo cumprimento das normas atinentes ao seu funcionamento;	XXIV – fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde e zelar pelo cumprimento das normas atinentes ao seu funcionamento;	XVII - instaurar e instruir os processos administrativos para apuração de indícios de infrações às disposições legais ou infra legais disciplinadoras do mercado de saúde suplementar cujo monitoramento, análise ou solicitação sejam relacionados às suas competências. (Redação dada pela RN nº 397, de 04/02/2016)	DIOPE E DIFIS	Autorização de Funcionamento, Alteração de de Controle Societário e demais Alterações Societárias (Cisão, Fusão e Incorporação). Monitoramento Econômico-Financeiro. Regimes Especiais.
XXIX - fiscalizar o cumprimento das disposições da Lei no 9.656, de 1998, e de sua regulamentação;	XXX - fiscalizar o cumprimento das disposições da Lei no 9.656, de 1998, e de sua regulamentação;	XVI - encaminhar à DIFIS, através da DIRAD e/ou suas gerências, comunicação acerca de indícios de infração por descumprimento da legislação de saúde suplementar, para apuração e aplicação das penalidades cabíveis, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso XVII deste artigo; e	DIOPE, DIPRO, DIFIS E DIDES	Autorização de Funcionamento, Alteração de de Controle Societário e demais Alterações Societárias (Cisão, Fusão e Incorporação). Monitoramento Econômico-Financeiro. Regimes Especiais.
XXXI – requisitar o fornecimento de informações às operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como da rede prestadora de serviços a elas credenciadas;	XXXII – requisitar o fornecimento de quaisquer informações das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como da rede prestadora de serviços a elas credenciadas, conforme dispuser resolução da Diretoria Colegiada;		DIOPE, DIPRO, DIFIS E DIDES	Autorização de Funcionamento, Alteração de de Controle Societário e demais Alterações Societárias (Cisão, Fusão e Incorporação). Monitoramento Econômico-Financeiro. Regimes Especiais.
XXXII – adotar as medidas necessárias para estimular a competição no setor de planos privados de assistência à saúde;	XXXIII – adotar as medidas necessárias para estimular a competição no setor de planos privados de assistência à saúde;	XI - propor projetos de estudo e desenvolvimento do mercado, podendo servir-se de apoio técnico das demais gerências da ANS, sobre os assuntos de sua competência;	DIOPE, DIPRO E DIDES	Autorização de Funcionamento, Alteração de de Controle Societário e demais Alterações Societárias (Cisão, Fusão e Incorporação).
XXXIII – instituir o regime de direção fiscal ou técnica nas operadoras;	XXXIV – instituir o regime de direção fiscal ou técnica nas operadoras;	I - planejar as atividades exercidas por suas Gerências-Gerais, bem como propor diretrizes para a saúde suplementar sobre: i) regime especial de direção fiscal e de liquidação extrajudicial nas operadoras;	DIOPE	Regimes Especiais
XXXIV – proceder à liquidação extrajudicial e autorizar o liquidante a requerer a falência ou insolvência civil das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XXXV - proceder à liquidação das operadoras que tiverem cassada a autorização de funcionamento.	I - planejar as atividades exercidas por suas Gerências-Gerais, bem como propor diretrizes para a saúde suplementar sobre: i) regime especial de direção fiscal e de liquidação extrajudicial nas operadoras;	DIOPE	Regimes Especiais

XXXV – determinar ou promover a alienação da carteira de planos privados de assistência à saúde;		I - planejar as atividades exercidas por suas Gerências-Gerais, bem como propor diretrizes para a saúde suplementar sobre: i) regime especial de direção fiscal e de liquidação extrajudicial nas operadoras;	DIOPE/DICOL (determinar) e DIPRO (promover)	Regimes Especiais
XL – definir as atribuições e competências do diretor técnico, diretor fiscal, do liquidante e do responsável pela alienação de carteira;		I - planejar as atividades exercidas por suas Gerências-Gerais, bem como propor diretrizes para a saúde suplementar sobre: i) regime especial de direção fiscal e de liquidação extrajudicial nas operadoras;	DIOPE e DIPRO (diretor técnico)	Regimes Especiais
XLI - fixar as normas para constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, incluindo: c) direção fiscal ou técnica; d) liquidação extrajudicial; e) procedimentos de recuperação financeira das operadoras; g) garantias assistenciais, para cobertura dos planos ou produtos comercializados ou disponibilizados;	<b><u>XI - estabelecer critérios, responsabilidades, obrigações e normas de procedimento para garantia dos direitos assegurados nos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 1998;</u></b>	I - planejar as atividades exercidas por suas Gerências-Gerais, bem como propor diretrizes para a saúde suplementar sobre: a) constituição, organização e funcionamento das operadoras; b) qualificação das operadoras; d) contabilidade, estatística e dados atuariais, estes referentes às reservas e provisões das operadoras; e) critérios de constituição de garantias de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro consistente em	DIOPE	Autorização de Funcionamento, Alteração de de Controle Societário e demais Alterações Societárias (Cisão, Fusão e Incorporação). Monitoramento Econômico-Financeiro. Regimes Especiais.
XLII – estipular índices e demais condições técnicas sobre investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas operadoras de planos de assistência à saúde.		I - planejar as atividades exercidas por suas Gerências-Gerais, bem como propor diretrizes para a saúde suplementar sobre: d) contabilidade, estatística e dados atuariais, estes referentes às reservas e provisões das operadoras; e) critérios de constituição de garantias de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro consistente em bens, móveis ou imóveis, ou fundos especiais ou seguros garantidores; f) parâmetros de capital e	DIOPE	Autorização de Funcionamento, Alteração de de Controle Societário e demais Alterações Societárias (Cisão, Fusão e Incorporação). Monitoramento Econômico-Financeiro.
Lei 9.656/98: Art. 35-A. Fica criado o Conselho de Saúde Suplementar - CONSU, órgão colegiado integrante da estrutura regimental do Ministério da Saúde, com competência para: (...) IV - fixar diretrizes gerais para implementação no setor de saúde suplementar sobre: a) aspectos econômico-financeiros; b) normas de contabilidade, atuariais e estatísticas; c) parâmetros quanto ao capital e ao patrimônio líquido mínimos, bem assim	<b><u>I - propor normas relativas às matérias tratadas no inciso IV do art. 35-A da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, bem como, políticas e diretrizes gerais ao Conselho Nacional de Saúde Suplementar - CONSU para a regulação do setor de saúde suplementar</u></b>	Gerências-Gerais, bem como propor diretrizes para a saúde suplementar sobre: d) contabilidade, estatística e dados atuariais, estes referentes às reservas e provisões das operadoras; e) critérios de constituição de garantias de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro consistente em bens, móveis ou imóveis, ou fundos especiais ou seguros garantidores; f) parâmetros de capital e	DIOPE	Autorização de Funcionamento, Alteração de de Controle Societário e demais Alterações Societárias (Cisão, Fusão e Incorporação). Monitoramento Econômico-Financeiro.

Art. 4º, inciso I - I - propor políticas e diretrizes gerais ao Conselho Nacional de Saúde Suplementar - CONSU para a regulação do setor de saúde suplementar;	Art. 3º, inciso I - propor normas relativas às matérias tratadas no inciso IV do art. 35-A da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, bem como, políticas e diretrizes gerais ao Conselho Nacional de Saúde Suplementar - CONSU para a regulação do setor de saúde suplementar;		DIPRO	
--	--	--	-------	--

Art. 4º, inciso II - estabelecer as características gerais dos instrumentos contratuais utilizados na atividade das operadoras;	Art. 3º II - estabelecer as características gerais dos instrumentos contratuais utilizados na atividade das operadoras;	Art. 38. À Diretoria de Produtos - DIPRO compete: XVII - elaborar e propor critérios de migração e adaptação de contratos celebrados antes de 1o de janeiro de 1999; Art. 43. À Gerência-Geral Regulatória da Estrutura dos Produtos - GGREP, compete: XVI - estabelecimento de critérios para análise dos procedimentos operacionais relacionados à adaptação e migração de contratos;	DIPRO
Art. 4º, inciso III - elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, que constituirão referência básica para os fins do disposto na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e suas excepcionalidades;	Art. 3º III - elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, que constituirão referência básica para os fins do disposto na Lei nº 9.656, de 1998, e suas excepcionalidades;	Art. 38. XIV - elaborar e propor o rol de procedimentos e eventos em saúde;	DIPRO
Art. 4º, inciso V - estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras;	Art. 3º V - estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras;	Art. 38. XXIII – propor à Diretoria Colegiada da ANS, a instauração do Regime Especial de Direção Técnica e Alienação de Carteira, conforme o disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998; e	DIPRO
Art. 4ºVII - estabelecer normas relativas à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde;	Art. 3º VII - estabelecer normas relativas à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde;	Art. 38. V - efetuar estudos e propor normas referentes a mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde;	DIPRO
Art. 4ºVIII - deliberar sobre a criação de câmaras técnicas, de caráter consultivo, de forma a subsidiar suas decisões;	Art. 3º VIII - deliberar sobre a criação de câmaras técnicas, de caráter consultivo, de forma a subsidiar suas decisões;	Art. 38. XIII - constituir e coordenar grupos técnicos ou câmaras técnicas para discussão de temas relacionados às competências da Diretoria;	DIPRO
Art. 4º IX - normatizar os conceitos de doença e lesão preexistentes;	Art. 3º IX - normatizar os conceitos de doença e lesão preexistentes;	Art. 38. VII - efetuar estudos e propor normas referentes a conceitos e os procedimentos referentes às doenças e lesões preexistentes e suas implicações;	DIPRO

Art. 4º XI - estabelecer critérios, responsabilidades, obrigações e normas de procedimento para garantia dos direitos assegurados nos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 1998;	Art. 3º XI - estabelecer critérios, responsabilidades, obrigações e normas de procedimento para garantia dos direitos assegurados nos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 1998;	Art. 38. VIII - efetuar estudos, propor normas e realizar o monitoramento referentes aos aspectos assistenciais dos produtos ou planos privados de assistência à saúde, de beneficiários ativos e inativos, em especial em relação aos modelos assistenciais, às garantias de acesso e cobertura de procedimentos, às carências para acesso e sua portabilidade;	DIPRO
Art. 4º XII - estabelecer normas para registro dos produtos definidos no inciso I e no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998;	Art. 3º XII - estabelecer normas para registro dos produtos definidos no inciso I e § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998;	Art. 38. VI - efetuar estudos e propor normas referentes a rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento do registro dos produtos ou planos privados de assistência à saúde definidos no inciso I e no §1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998;	DIPRO
Art. 4º XIII - decidir sobre o estabelecimento de subsegmentações aos tipos de planos definidos nos incisos I a IV do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998;	Art. 3º XIII - decidir sobre o estabelecimento de subsegmentações aos tipos de planos definidos nos incisos I a IV do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998;	Art. 38. II - planejar, coordenar, organizar e controlar as atividades de regulamentação, habilitação, qualificação e acompanhamento dos produtos ou planos privados de assistência à saúde;	DIPRO
Art. 4º XV - estabelecer critérios de aferição e controle da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, sejam eles próprios, referenciados, contratados ou conveniados;	Art. 3º XV - estabelecer critérios de aferição e controle da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, sejam eles próprios, referenciados, contratados ou conveniados;	Art. 46. À Gerência-Geral de Regulação Assistencial - GGRAS compete: VIII – propor e coordenar estudos sobre modelos assistenciais referentes aos produtos das operadoras de planos de saúde, no âmbito da saúde suplementar;	DIPRO
Art. 4º XVI - estabelecer normas, rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento de registro dos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 3º XVI - estabelecer normas, rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento de registro dos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 38. VI - efetuar estudos e propor normas referentes a rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento do registro dos produtos ou planos privados de assistência à saúde definidos no inciso I e no §1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998;	DIPRO
Art. 4º XVII - autorizar reajustes e revisões das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, ouvido o Ministério da Fazenda;	Art. 3º XVII - autorizar reajustes e revisões das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, de acordo com parâmetros e diretrizes gerais fixados conjuntamente pelos Ministérios da Fazenda e da Saúde;	Art. 38. IV - efetuar estudos e propor normas referentes a reajustes e revisões das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde;	DIPRO

Art. 4º XX - autorizar o registro dos planos privados de assistência à saúde	Art. 3ºXXI - autorizar o registro dos planos privados de assistência à saúde;	Art. 38. VI - efetuar estudos e propor normas referentes a rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento do registro dos produtos ou planos privados de assistência à saúde definidos no inciso I e no §1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998;	DIPRO
Art. 4º XXI - monitorar a evolução dos preços de planos de assistência à saúde, seus prestadores de serviços, e respectivos componentes e insumos;	Art. 3º XXII - monitorar a evolução dos preços de planos de assistência à saúde, seus prestadores de serviços, e respectivos componentes e insumos;	Art. 38. II - monitorar a evolução dos preços de produtos ou planos privados de assistência à saúde, prestadores de serviços e insumos;	DIPRO
Art. 4º XXIV - exercer o controle e a avaliação dos aspectos concernentes à garantia de acesso, manutenção e qualidade dos serviços prestados, direta ou indiretamente, pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 3º XXV - exercer o controle e a avaliação dos aspectos concernentes à garantia de acesso, manutenção e qualidade dos serviços prestados, direta ou indiretamente, pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 38.À Diretoria de Produtos - DIPRO compete:	DIPRO
Art. 4º XXV - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área geográfica de abrangência;	Art. 3º XXVI - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área geográfica de abrangência;	Art. 38. VIII - efetuar estudos, propor normas e realizar o monitoramento referentes aos aspectos assistenciais dos produtos ou planos privados de assistência à saúde, de beneficiários ativos e inativos, em especial em relação aos modelos assistenciais, às garantias de acesso e cobertura de procedimentos, às carências para acesso e sua portabilidade;	DIPRO
Art. 4º XXVII - fiscalizar aspectos concernentes às coberturas e o cumprimento da legislação referente aos aspectos sanitários e epidemiológicos, relativos à prestação de serviços médicos e hospitalares no âmbito da saúde suplementar;	Art. 3º XXVIII - fiscalizar aspectos concernentes às coberturas e aos aspectos sanitários e epidemiológicos, relativos à prestação de serviços médicos e hospitalares no âmbito da saúde suplementar;	Art. 46. A Gerência-Geral de Regulação Assistencial - GGRAS compete: VIII – propor e coordenar estudos sobre modelos assistenciais referentes aos produtos das operadoras de planos de saúde, no âmbito da saúde suplementar; Art. 47. À Gerência de Monitoramento Assistencial – GMOA compete: I - propor, induzir e monitorar a organização e funcionamento dos modelos assistenciais, incluindo ações de promoção da saúde e prevenção de riscos e	DIPRO
Art. 4º XXVIII - avaliar os mecanismos de regulação utilizados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 3º XXIX - avaliar os mecanismos de regulação utilizados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 47. A Gerência de Monitoramento Assistencial – GMOA compete: VIII – propor, analisar e coordenar a elaboração de indicadores e a construção da metodologia para a avaliação e monitoramento assistencial das operadoras de planos privados de assistência à saúde, em parceria com as demais áreas técnicas da ANS, e nos seguintes aspectos: c) mecanismos de regulação do acesso e utilização dos serviços de saúde; e	DIPRO

Art. 4º XXXIII - instituir o regime de direção fiscal ou técnica nas operadoras;	Art. 3º XXXIV - instituir o regime de direção fiscal ou técnica nas operadoras;	Art. 38. XX – propor diretrizes para instauração do regime especial de Direção Técnica e alienação de carteira; Art. 46. XIII – propor e coordenar a instauração do Regime de Direção Técnica, assim como analisar e acompanhar os Planos de Recuperação Assistencial apresentados pelas operadoras de planos de saúde; Art. 48-A. À Gerência de Direção Técnica - GEDIT compete:	DIPRO
Art. 4º XXXV - determinar ou promover a alienação da carteira de planos privados de assistência à saúde das operadoras	Art. 3º XXXVI - promover a alienação da carteira de planos privados de assistência à saúde das operadoras;	Art. 38. XVIII - supervisionar o processo de alienação de carteira das operadoras de planos privados de assistência à saúde; XIX - autorizar a alienação e transferência das carteiras de planos privados de assistência à saúde das operadoras, na forma da regulação em vigor;	DIPRO
Art. 4º XXXVII - zelar pela qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;	Art. 3º XXXVIII - zelar pela qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar; e	Art. 47. VIII – propor, analisar e coordenar a elaboração de indicadores e a construção da metodologia para a avaliação e monitoramento assistencial das operadoras de planos privados de assistência à saúde, em parceria com as demais áreas técnicas da ANS, e nos seguintes aspectos: a) qualidade e cobertura das ações e serviços de saúde; Art. 48. À Gerência de Assistência à Saúde –GEAS	DIPRO
Art. 4º XL - definir as atribuições e competências do diretor técnico, diretor fiscal, do liquidante e do responsável pela alienação de carteira.		Art. 48-A. VI - orientar os agentes nomeados pela ANS ao cumprimento dos procedimentos necessários à condução do regime especial de Direção Técnica das operadoras;	DIPRO
Art. 4º XLI - fixar as normas para constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, incluindo:	Art. 3º XIX - regulamentar outras questões relativas à saúde suplementar;	Art. 38.À Diretoria de Produtos - DIPRO compete:	DIPRO
Art. 4o. XLI a) conteúdos e modelos assistenciais;		Art. 46. VIII – propor e coordenar estudos sobre modelos assistenciais referentes aos produtos das operadoras de planos de saúde, no âmbito da saúde suplementar; IX - coordenar o relacionamento externo sobre a organização e funcionamento dos conteúdos e modelos assistenciais ofertados pelos produtos das operadoras de planos de saúde; XX – propor, coordenar e participar de iniciativas de cooperação técnica com órgãos e instituições públicas	DIPRO



Art. 4o. XLI c) direção fiscal ou técnica; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)		Art. 38. XXIII – propor à Diretoria Colegiada da ANS, a instauração do Regime Especial de Direção Técnica e Alienação de Carteira, conforme o disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998; e	DIPRO
Art. 4o. XLI g) garantias assistenciais, para cobertura dos planos ou produtos comercializados ou disponibilizados;		Art. 38. XXVIII - elaborar e propor normas visando à garantia e à manutenção de todos os benefícios de acesso à cobertura previstos na Lei nº 9.656, de 1998 e em seus regulamentos, para cada segmentação definida no art. 12 da referida lei, prestados, direta ou indiretamente, pelas operadoras e planos privados de assistência à saúde;	DIPRO
Art. 4o. Compete à ANS: V - estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras; XV - estabelecer critérios de aferição e controle da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, sejam eles próprios, referenciados, contratados ou conveniados;	Art. 3o. V - estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras; XV - estabelecer critérios de aferição e controle da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, sejam eles próprios, referenciados, contratados ou conveniados;	Art. 38. III - certificar produtos das operadoras, conforme o nível de habilitação assistencial e gerencial;	DIPRO
Art. 4o.II - estabelecer as características gerais dos instrumentos contratuais utilizados na atividade das operadoras XVI - estabelecer normas, rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento de registro dos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 3o. II - estabelecer as características gerais dos instrumentos contratuais utilizados na atividade das operadoras;XVI - estabelecer normas, rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento de registro dos produtos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 38. IX - indicar características gerais dos instrumentos contratuais utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde com os contratantes de plano de saúde pessoas físicas ou jurídicas;	DIPRO
Art. 4o. XLI a) conteúdos e modelos assistenciais; b) adequação e utilização de tecnologias em saúde;		Art. 38. X - estabelecer parâmetros e propor diretrizes referentes a programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças;	DIPRO
Art. 4o. XXXI - requisitar o fornecimento de informações às operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como da rede prestadora de serviços a elas credenciadas;	Art. 3o. XXXII - requisitar o fornecimento de quaisquer informações das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como da rede prestadora de serviços a elas credenciadas, conforme dispuser resolução da Diretoria Colegiada;	Art. 38. XI - elaborar e publicar anuário e guias de produtos;	DIPRO

Art. 4o. XIX - proceder à integração de informações com os bancos de dados do Sistema Único de Saúde; XXXI - requisitar o fornecimento de informações às operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como da rede prestadora de serviços a elas credenciadas;	Art. 3o. XX - proceder à integração de informações com os bancos de dados do Sistema Único de Saúde; XXXII - requisitar o fornecimento de quaisquer informações das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como da rede prestadora de serviços a elas credenciadas, conforme dispuser resolução da Diretoria Colegiada;	Art. 38. XII - desenvolver e manter, em conjunto com a área específica da ANS, sistemas de informações compreendendo dados econômico-financeiros e assistenciais dos produtos oferecidos e mantidos pelas operadoras setoriais;	DIPRO
Art. 4o. Compete à ANS: V - estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras; XV - estabelecer critérios de aferição e controle da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, sejam eles próprios, referenciados, contratados ou conveniados;	Art. 3o. V - estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras; XV - estabelecer critérios de aferição e controle da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, sejam eles próprios, referenciados, contratados ou conveniados;	Art. 38. XVI - sugerir indicadores para avaliação, monitoramento e divulgação do perfil da organização e produção de ações e serviços de saúde pelas operadoras;	DIPRO
Art. 4o. XXV - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área geográfica de abrangência; XXXVII - zelar pela qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;	Art. 3o. XXVI - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área geográfica de abrangência; XXXVIII - zelar pela qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;	Art. 38. XXII - promover visitas técnicas com vistas ao acompanhamento e verificação das informações encaminhadas à ANS, no âmbito de sua competência;	DIPRO
Art. 4o. XXV - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área geográfica de abrangência; XXXVII - zelar pela qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;	Art. 3o. XXVI - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área geográfica de abrangência; XXXVIII - zelar pela qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;	Art. 38. XXIV – aprovar ou rejeitar o Plano de Recuperação Assistencial apresentado pela operadora de planos privados de assistência à saúde;	DIPRO
Art. 4o. XXV - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área geográfica de abrangência; XXXVII - zelar pela qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar; XLI - fixar as normas para constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras de produtos de que tratam o inciso I e o § 1o do art. 1o;	Art. 3o. XXVI - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área geográfica de abrangência; XXXVIII - zelar pela qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar; XXXIV - instituir o regime de direção fiscal ou técnica nas operadoras;	Art. 38. XXV – acompanhar o Programa de Saneamento Assistencial apresentado pela operadora de planos privados de assistência à saúde, podendo fazer considerações para o melhor desenvolvimento da Direção Técnica.	DIPRO
Art. 4o. XXIV - exercer o controle e a avaliação dos aspectos concernentes à garantia de acesso, manutenção e qualidade dos serviços prestados, direta ou indiretamente, pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 3o. XXV - exercer o controle e a avaliação dos aspectos concernentes à garantia de acesso, manutenção e qualidade dos serviços prestados, direta ou indiretamente, pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 38. XXIX - estabelecer critérios para a aferição da capacidade técnico-operacional das operadoras quanto à efetiva garantia de todos os benefícios de acesso à cobertura previstos na Lei nº 9.656, de 1998 e em seus regulamentos, para cada segmentação definida no art. 12 da referida lei, em especial quanto às redes assistenciais.	DIPRO
XXV - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área	XXVI - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área		

Art. 4o. VII - estabelecer normas relativas à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde; XXVIII - avaliar os mecanismos de regulação utilizados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 3o. VII - estabelecer normas relativas à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde;	Art. 46. À Gerência-Geral de Regulação Assistencial - GGRAS compete XXIII – propor e elaborar normas relativas à adoção e utilização pelas operadoras de mecanismos de regulação assistencial do uso dos serviços de saúde	DIPRO
Art. 4o. VII - estabelecer normas relativas à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde; XXVIII - avaliar os mecanismos de regulação utilizados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 3o. VII - estabelecer normas relativas à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde; XXIX - avaliar os mecanismos de regulação utilizados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde	Art. 48. A Gerência de Assistência à Saúde –GEAS compete: XI - analisar e executar as normas relativas à adoção e utilização pelas operadoras de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde; e (Redação dada pela RN nº 381, de 11/06/2015) XII - executar e estabelecer critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I deste artigo de mecanismos de regulação	DIPRO
Art. 4o. XXI - monitorar a evolução dos preços de planos de assistência à saúde, seus prestadores de serviços, e respectivos componentes e insumos; XXXII - adotar as medidas necessárias para estimular a competição no setor de planos privados de assistência à saúde;	Art. 3o. XXII - monitorar a evolução dos preços de planos de assistência à saúde, seus prestadores de serviços, e respectivos componentes e insumos; XXXIII - adotar as medidas necessárias para estimular a competição no setor de planos privados de assistência à saúde;	Art. 43. À Gerência-Geral Regulatória da Estrutura dos Produtos - GGREP, compete: XXIX – monitorar os aspectos mercadológicos dos planos de saúde nas características econômico-financeiras dos produtos que influenciam a concorrência do setor	DIPRO
Art. 4o. XXIV - exercer o controle e a avaliação dos aspectos concernentes à garantia de acesso, manutenção e qualidade dos serviços prestados, direta ou indiretamente, pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 4o. XXV - exercer o controle e a avaliação dos aspectos concernentes à garantia de acesso, manutenção e qualidade dos serviços prestados, direta ou indiretamente, pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Art. 43. À Gerência-Geral Regulatória da Estrutura dos Produtos - GGREP, compete: XXI - propor à Diretoria Colegiada da ANS a suspensão e a reativação da comercialização dos produtos definidos no inciso I, no §1º, do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998, em decorrência dos processos de monitoramento da garantia de atendimento	DIPRO

Artigo, parágrafo e inciso da Lei	Item correspondente no Decreto	Descrição do item no Reguimento atual	Diretoria responsável pelo item	
Artigo 4º	Artigo 3º	49 - A	DIFIS	

VIII - deliberar sobre a criação de câmaras técnicas, de caráter consultivo, de forma a subsidiar suas decisões;	VIII	49 - A X	DIFIS	1. Fiscalização Proativa e Reativa / 2. Promover articulação com órgãos, entidades, beneficiários e demais atores do mercado de saúde suplementar / 3. Coordenação e controle e assessoramento das atividades fiscalizatórias
XI - estabelecer critérios, responsabilidades, obrigações e normas de procedimento para garantia dos direitos assegurados nos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 1998;	XI	49 - A, I, II	DIFIS	1. Fiscalização Proativa e Reativa / 3. Coordenação e controle e assessoramento das atividades fiscalizatórias
XXIII - fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde e zelar pelo cumprimento das normas atinentes ao seu funcionamento;	XXIV	49 - A, I	DIFIS	1. Fiscalização Proativa e Reativa / 3. Coordenação e controle e assessoramento das atividades fiscalizatórias
XXVI - fiscalizar a atuação das operadoras e prestadores de serviços de saúde com relação à abrangência das coberturas de patologias e procedimentos;	XXVII	49-A, XII	DIFIS	1. Fiscalização Proativa e Reativa / 3. Coordenação e controle e assessoramento das atividades fiscalizatórias
XXIX - fiscalizar o cumprimento das disposições da Lei nº 9.656, de 1998, e de sua regulamentação;	XXX	49 - A, II	DIFIS	1. Fiscalização Proativa e Reativa / 3. Coordenação e controle e assessoramento das atividades fiscalizatórias
XXX - aplicar as penalidades pelo descumprimento da Lei nº 9.656, de 1998, e de sua regulamentação;	XXXI	49- A, III	DIFIS	1. Fiscalização Proativa e Reativa / 3. Coordenação e controle e assessoramento das atividades fiscalizatórias

XXXVI - articular-se com os órgãos de defesa do consumidor visando a eficácia da proteção e defesa do consumidor de serviços privados de assistência à saúde, observado o disposto na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990;	XXXVII	49 - A, IV	DIFIS	2. Promover articulação com órgãos, entidades, beneficiários e demais atores do mercado de saúde suplementar.
XXXIX - celebrar, nas condições que estabelecer, termo de compromisso de ajuste de conduta e termo de compromisso e fiscalizar os seus cumprimentos; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)	XXIV, XXV, XXX	49 - XIII	DIFIS	2. Promover articulação com órgãos, entidades, beneficiários e demais atores do mercado de saúde suplementar.
XLI - fixar as normas para constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, incluindo: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)	XXXI	49 - A,I	DIFIS	1. Fiscalização Proativa e Reativa / 3. Coordenação e controle e assessoramento das atividades fiscalizatórias
f) normas de aplicação de penalidades; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)	XXXI	49 - A, III	DIFIS	1. Fiscalização Proativa e Reativa / 3. Coordenação e controle e assessoramento das atividades fiscalizatórias

Artigo 2	Art. 12	Art 2º, alínea "f"	DIGES	Criação da Diretoria de Gestão:
		Artigo 58, I: I - promover, planejar, coordenar, supervisionar, propor normas e avaliar a execução das atividades referentes à:	DIGES	a) política de gestão de pessoas;

		Artigo 58, I: I - promover, planejar, coordenar, supervisionar, propor normas e avaliar a execução das atividades referentes à:	DIGES	b) sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;
		Artigo 58, I: I - promover, planejar, coordenar, supervisionar, propor normas e avaliar a execução das atividades referentes à:	DIGES	c) política de gestão do conhecimento;
		Artigo 58, I: I - promover, planejar, coordenar, supervisionar, propor normas e avaliar a execução das atividades referentes à:	DIGES	d) qualificação institucional;
		Artigo 58, I: I - promover, planejar, coordenar, supervisionar, propor normas e avaliar a execução das atividades referentes à:	DIGES	e) implantação e implementação de ferramentas de gestão;
		Artigo 58, I: I - promover, planejar, coordenar, supervisionar, propor normas e avaliar a execução das atividades referentes à:	DIGES	f) gestão documental;
		Artigo 58, I: I - promover, planejar, coordenar, supervisionar, propor normas e avaliar a execução das atividades referentes à:	DIGES	g) licitação e macrogestão de contratos;

		Artigo 58, I: I - promover, planejar, coordenar, supervisionar, propor normas e avaliar a execução das atividades referentes à:	DIGES	h) orçamento, finanças e contabilidade pública;
		Artigo 58, I: I - promover, planejar, coordenar, supervisionar, propor normas e avaliar a execução das atividades referentes à:	DIGES	i) logística e administração de material e serviços;
		Artigo 58, I: I - promover, planejar, coordenar, supervisionar, propor normas e avaliar a execução das atividades referentes à:	DIGES	j) governança da tecnologia da informação (TI): sustentação operacional de Tecnologia da Informação, arquitetura tecnológica e de sistemas; gestão da informação; segurança da informação; gestão de projetos de TI e prospecção tecnológica.
		Artigo 58 III - propor diretrizes para o aprimoramento da gestão da ANS, bem como coordenar e apoiar as atividades de organização e modernização da gestão relativas:	DIGES	projetos e processos internos de gestão;
		Artigo 58 III - propor diretrizes para o aprimoramento da gestão da ANS, bem como coordenar e apoiar as atividades de organização e modernização da gestão relativas:	DIGES	Inovação gerencial, relacionadas com os diferentes sistemas federais existentes;
		Artigo 58, IV - promover:	DIGES	Articulação com órgãos externos e unidades da ANS para fins de gestão e assuntos relacionados ao setor de saúde suplementar.

		Artigo 58, V - pesquisar, estudar, avaliar e propor mecanismos para o desenvolvimento institucional e de desenvolvimento da gestão;	DIGES	Mecanismos de desenvolvimento da gestão institucional
		Artigo 58, VI - incentivar a melhoria da qualidade dos processos e disseminar as boas práticas de gestão na ANS;	DIGES	Qualidade dos processos e boas práticas de gestão na ANS.
		Artigo 58, VII - propor, incentivar e supervisionar a implantação e implementação de ferramentas de gestão;	DIGES	Ferramentas de Gestão da ANS
		Artigo 58, VIII- Gestão da	DIGES	Qualificação Institucional
		Artigo 58, IX - propor, fomentar, planejar, coordenar e avaliar:	DIGES	a) a política da qualidade na gestão e da gestão do conhecimento da ANS; a contratação e execução de estudos e pesquisa de interesse da ANS; os projetos de pesquisa, através de cooperação técnica-científica nacional e internacional, no âmbito da saúde suplementar; a política de gestão de documentos da ANS; as atividades relacionadas à capacitação e desenvolvimento de pessoas; o programa de
		Artigo 58, X - estudar, analisar e avaliar os mecanismos de desenvolvimento de pessoas e de gestão, existentes no mercado nacional e internacional, aplicados para uso na ANS;	DIGES	Desenvolvimento da Gestão e da Gestão de pessoas, nacional e internacionalmente.



		Artigo 58, XI - coordenar, supervisionar e controlar: (Redação dada pela RN nº 397, de 04/02/2016) a) a elaboração e o acompanhamento do orçamento, em conjunto com a SEGER e executá-lo; e as atividades administrativas e de gestão realizadas nos Núcleos da ANS;	DIGES	Elaboração e acompanhamento do orçamento, em conjunto com a área central de planejamento (SEGER) e a coordenação das atividades administrativas e de gestão realizadas nos Núcleos da ANS;
		Artigo 58-A, XII - acompanhar:	DIGES	a execução das atividades de finanças, material e patrimônio e serviços gerais, inclusive de forma descentralizada; a arrecadação da Taxa de Saúde Suplementar, as retribuições por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros, inclusive as doações, legados, subvenções e outros recursos que forem destinados a ANS, de acordo com a legislação vigente; o processo de prestação de contas anual da ANS, junto aos órgãos central
		Artigo 58-A, VI - acompanhar:	DIGES	VI, "a" e "b" :Padronização dos parâmetros relativos as suas competências; Uniformização de entendimentos;
		Artigo 58-A, VII:	DIGES	VII - promover o intercâmbio de informações e a integração funcional e técnica com as demais Diretorias
		Artigo 59	DIGES	I – promover no âmbito da ANS, em articulação com as demais Diretorias: a) a aplicação de ferramentas, tecnologias e referenciais voltados à melhoria da gestão; b) a implementação de programas, projetos e ações sistêmicas de transformação da gestão e de fortalecimento institucional; e c) a melhoria e a integração dos processos organizacionais;
		Artigo 59	DIGES	I – promover no âmbito da ANS, em articulação com as demais Diretorias: a) a aplicação de ferramentas, tecnologias e referenciais voltados à melhoria da gestão; b) a implementação de programas, projetos e ações sistêmicas de transformação da gestão e de fortalecimento institucional; e c) a melhoria e a integração dos processos organizacionais;

		Artigo 59	DIGES	III-C - orientar, acompanhar, prestar informações e esclarecimentos, bem como prover soluções às unidades da ANS, nos assuntos relacionados à gestão de pessoas, estrutura organizacional e de funções, processos de trabalho e gestão de projetos;
		Artigo 59-A	DIGES	IV – planejar, coordenar e avaliar, no âmbito da ANS, a execução das atividades, processos e projetos, compreendendo: a) seleção e integração de novos servidores; b) avaliação de desempenho individual para fins de gratificação, progressão e promoção, estágio probatório e estabilidade; c) avaliação de desempenho dos profissionais contratados por tempo determinado; d) <del>avaliação de necessidades de desenvolvimento de</del> (f) gestão documental e acervo bibliográfico; e g) processo administrativo eletrônico;
		Artigo 61	DIGES	
		Artigo 61	DIGES	V - propor e aplicar ferramentas, tecnologias e referenciais de melhoria da gestão e de inovação institucional na ANS
		Artigo 61-A	DIGES	coordenar e avaliar os acordos de cooperação técnica firmados com organismos internacionais e nacionais, bem como com órgãos de produção e promoção do conhecimento, de pesquisa e de desenvolvimento, de interesse da ANS
		Artigo 62	DIGES	I - planejar, organizar, supervisionar e avaliar: a) a execução das atividades de orçamento e finanças, material e patrimônio e serviços gerais; b) as atividades de cadastramento, o acompanhamento do controle e das baixas nos créditos inscritos na Dívida Ativa da ANS; c) as atividades referentes à abertura de Tomada de Contas Especial; e d) as atividades referentes ao desenvolvimento e <del>manutenção do sistema de contabilidade de</del>

		Artigo 62		Coordenar as atividades das unidades descentralizadas
		Artigo 62		I – planejar, coordenar e avaliar as atividades de programação e execução orçamentária e financeira, no âmbito da ANS; II - propor a sistematização e a normatização de procedimentos para controlar a arrecadação da Taxa de Saúde Suplementar, para as retribuições por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros, bem como para as doações, legados, <del>subvenções e outros recursos que forem</del>
		Artigo 64		Gestão do transporte, da Infraestrutura, patrimônio e almoxarifado.